

Urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial: impactos da dinâmica econômica na cidade de Lagos (Nigéria)

Guerby Sainte²⁰
Universidade Estadual de Campinas
guerby20102010@gmail.com

Gusmão Matheus
Universidade Estadual de Campinas
matheus_gusmao@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo trazer uma discussão sobre a urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial da Nigéria, tendo como foco a dinâmica econômica da cidade de Lagos. Partindo de uma análise a função do Estado na organização do espaço de que a urbanização é o processo de crescimento das cidades que está vinculada tanto evolução populacional quanto em extensão territorial. Portanto, essa estrutura urbanística depende da conjugação de adensamento e formação de centralidades de funções diferenciadas, ademais de sua articulação por redes de mobilidade, que, algumas maneiras, retrocedem as particularidades cabulosas da periferização em larga escala. Propomos elucidar de que forma que a centralidade do espaço urbano provoca alta densidade econômica na cidade de Lagos e também analisar como o espaço urbano impulsiona um intenso processo de expansão horizontal territorial em relação das dinâmicas econômicas e com forte heterogeneidade de usos do território. A metodologia da pesquisa está baseando no levantamento bibliográfico, tais como: teses, artigos científicos, sites oficiais governamentais, tanto nacional quanto internacional. Este trabalho pode levar uma contribuição por uma análise geográfica sobre a temática estudada.

Palavras-chave: Urbanização; Estado; evolução populacional; dinâmica econômica.

Introdução

O objetivo deste trabalho destina-se a promover um debate sobre a urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial, e tendo como o caso da dinâmica socioeconômica da cidade de Lagos da Nigéria. O processo da urbanização das cidades ao redor do planeta foi acelerado durante a globalização mundial. Porém, este fato causou mundialmente impactos de ordem socioespacial, políticos e econômicos. Desta forma, a cidade de Lagos, principalmente, na Nigéria, não ficou imune a esse processo e causas.

Com base disso, Sampaio (2011) reitera a ideia de Paul Singer (1932), ao afirmar que o crescimento econômico se constitui como uma autonomização do setor de mercado interno diante do setor de mercado externo e que é executável quando o país realiza a sua Revolução Industrial, bem como as mudanças estruturais decorrentes. O domínio de mercado interno é aproximadamente o território urbanizado e este suscita um deslocamento territorial de pessoas, coincidindo com o fluxo de migrações que se acumulam e enchem um lugar do espaço, metamorfoseando novamente o urbano. Deste modo, Satterthwaite e Tacoli (2003) ressaltam que o aumento da população urbana resulta

20 Trabalho produzido de pesquisa com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

essencialmente de uma reestruturação dos sistemas e das estruturas econômicas, tendo implicações na organização territorial nacional ou internacional. Não é o crescimento interno da população que é a principal causa, mas a migração para as outras localidades (pequenas cidades, centros urbanos ou áreas rurais) que oferecem melhores oportunidades econômicas que acontecem nas cidades.

Essa discussão tem a ver com a situação da cidade de Lagos, que vem sendo o desenvolvimento dessa cidade de Lagos da independência para hoje também é marcado por um contexto político doméstico instável. Em meio século, essa cidade verá seus limites administrativos externos e internos flutuarem, e o modo de financiamento de suas instituições mudarem (LAMOUREUX, 2015). As transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo.

Segundo a análise de Lamoureux (2015), a leitura da evolução de sua geografia formal é entendida antes de tudo como a de uma colcha de retalhos histórica de projetos nascidos, abandonados ou confirmados pelas sucessivas potências para atender às suas necessidades políticas imediatas. Assim, essa política das perspectivas é necessário pôr em análise a situação da urbanização e a vulnerabilidade socioespacial e levar em conta uma abordagem político-econômica e sócio-histórica do desenvolvimento urbano da cidade de Lagoas da Nigéria.

Formação socioespacial e desenvolvimento sócio-histórico da cidade de Lagos

No contexto da evolução sócio-histórica e espacial da cidade de Lagoas, o espaço é considerada histórica e nessa percepção, a cidade de hoje é vista como consequência cumulativa de todas as outras cidades de antes, destruídas, reconstruídas e modificadas, e enfim frutificadas que promovem essas transformações (BASTOS; CASARIL, 2016). Assim, a formação socioespacial, que, segundo Santos (1977), discutindo espaço e totalidade, assevera que as formações sociais influenciam os períodos posteriores dos modos de produção. O espaço assim, reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, ao evoluir em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Portanto, a cidade de Lagos, Nigéria não está imune dessa transformação socioespacial e territorial.

Sendo ainda que no contexto da formação social e espacial da cidade de Lagos da Nigéria, Segundo Sereni (2013), esta formação socioespacial pode ser relacionada também ao processo de organização da sociedade e processo que foi acertado pela prole de modos de produção que possibilita certa periodização historiográfica. Posto isso, Santos (1996) afirma que a formação social apresenta como consequência de tal processo, como um quadro instantâneo de uma dada sociedade. Geograficamente, tal formação social está procedendo em uma dupla de contextos: totalidade e totalização.

Santos e Silveira (2006) cogitam-se com muita frequência de consolidar uma estrutura adequada e que combina-se com a teoria dos modos de produção, das discrepâncias e das instâncias sociais entre as dimensões das forças produtivas e das relações de produção através da vinculação entre meio geográfico e formação socioespacial, portanto, o que foi determinado com base da intensidade do conhecimento técnico, o meio geográfico possibilita uma periodização de intercadência e de continuidade da formação socioespacial.

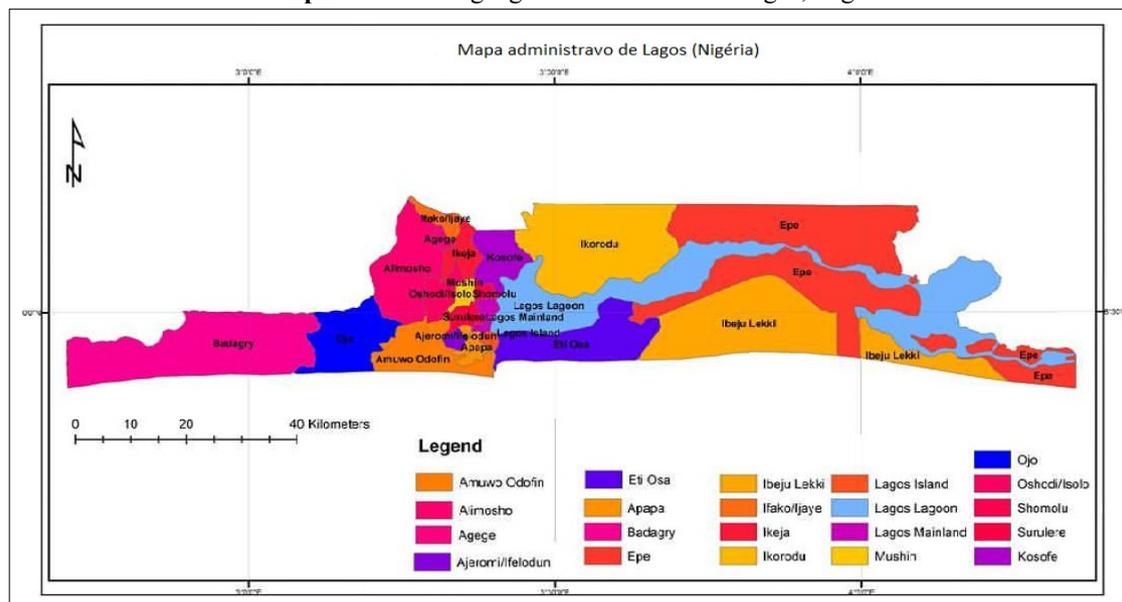
Cabe ressaltar que a visão do espaço sob estes moldes implica em um movimento relevante de interrupção da delimitação espacial pela temporal nas abordagens das teorias

sociais modernas. As formas hierárquicas e de ocupação entre os lugares explicam os efeitos de lutas, violências, hegemonia e atos políticos. Sendo ainda que a produção do espaço possa observar como um processo técnico, fortificando em projetos e orientado por opiniões. Porém, a construção do território pode envolver um conjunto de sistema de ações, que pode ser como um caminho para análise da formação social e histórica de um país (MORAES, 2005).

É nessa perspectiva que Aluko (2010) aponta que o assentamento original e foi inicialmente habitado por pescadores e agricultores denominados Eko, provenientes da costa do Benin e renomeado por exploradores portugueses no século XV, que segundo Mann (2007), a região na qual se localiza hoje a cidade de Lagos, passou a ganhar importância internacional, principalmente a partir do século XVII, quando seu porto passou a ser um dos principais pontos de comércio de escravos do continente africano.

Desse modo, Aluko (2010) realça que a cidade de Lagos foi também habitada por Aworis, membros de um subgrupo iorubá, seguidos pelos Ijebus e mais tarde pelos Binis. Em 1492, também houve um processo de colonização, daí o Lagos foi batizada como Lago de Kuramo pelos portugueses, que o usaram apenas como porto nas suas tentativas de encontrar uma rota para o extremo oriente. Posteriormente, escravos libertos do Brasil e outros negros de Serra Leoa e também do interior povoaram Lagos. Assim, podemos concluir a importância da migração para a formação territorial desta povoada cidade nigeriana. Atualmente, esse Estado de Lagos é composto por cinco divisões administrativas, sendo elas, Lagos (Eko), Ikeja, Ikorodu, Epe e Badagry. Assim, o Mapa 1 mostra a estrutura geográfica da cidade de Lagos, na Nigéria.

Mapa 1. Estrutura geográfica do Estado de Lagos, Nigéria



Fonte: Lagos, Nigeria administrative map (2005).

Refere-se o comércio praticado pelos países colonizadores, a cidade de Lagos passando a compartilhar com outras megacidades africanas a tomada de seu território pelos britânicos, no final do século XIX, e sua construção como colônia da coroa. Perante do fim do tráfico de escravos, essa cidade passou a ser uma relevante base para conquista britânica de outros territórios na região, assim como para a construção do comércio europeia nesta região. Portanto, a cidade de Lagos possuía uma população de 40 mil habitantes, em 1901, e também era considerada como uma cidade cosmopolita e, recebendo outros escravos

negros libertados da América e, também outros migrantes de outros territórios britânicos da África, além dos conquistadores europeus.

Nesta época, a cidade de Lagos se estruturava devido com esquemas segregadores estabelecidos pelo governo colonial, expõe-se segundo as organizações residenciais estritamente destinadas a população europeia, que, de acordo com Silva (2013), fugia das regiões centrais de grandes aglomerações, das baixas condições de vida e de favelas que já instituem nas áreas que deu origem à cidade, na perspectiva de construir uma nova organização territorial.

Dentre de um determinado do espaço territorial e do desenvolvimento sócio-histórico, Braimoh e Onish (2007) aponta que a cidade de Lagos consiste em duas regiões principais, tais como a Ilha de Lagos, que compreende a cidade original e as áreas de Ikoyi, Ilha Victoria e Lekki abrangendo as outras partes do Estado. Os autores fazem lembrar que a distribuição e uso da terra na cidade Lagos são regidas por leis consuetudinárias e estatutárias. Sob o sistema de posse habitual, o controle sobre o uso da terra é investido no governante tradicional que mantém a terra em confiança para os membros da comunidade. Ele também é responsável por alocar terras não utilizadas a membros da comunidade e também é quem julga as disputas por terras. O direito de uso da terra é hereditário e patrilinear. Além disso, há uma distinção entre membros da comunidade e estrangeiros/migrantes no sistema de posse habitual que proíbe que estes adquiram terras para construção.

De acordo com Aina (1992) citado por Braimoh e Onish (2007) o sistema legal de posse da terra deriva de duas fontes: a Lei da Inglaterra recebida e as Legislações Locais na Nigéria. O sistema estatutário tinha como objetivo principal proteger os direitos dos indivíduos de adquirir e alienar terras livremente e garantir o acesso do Estado à terra através do poder de aquisição. Rakodi (1997), citado por Braimoh e Onish (2007) nos traz que a posse habitual foi a principal forma de posse de terra até a década de 1970, pois permitiu aos trabalhadores de baixa renda o acesso à terra para a construção de casas sem recorrer à ocupação ilegal.

Dado a isso, a cidade de Lagos passando também por uma série de vulnerabilidade socioespacial, não só devido a ocupação das terras, mas também os efeitos sofridos diversificados em relação o processo de colonização que traz um impacto significativo no crescimento econômico da cidade de Lagos. Levando em conta disso, percebe-se que a formação socioespacial e desenvolvimento sócio-histórico dessa cidade ocupa uma função de mediação, que portanto, não diminui a capacidade dessa desenvoltura, porém, do lado avesso, procura-o fortalecer pelo motivo da perspectiva dinâmica entre os objetos espaciais, o arranjo das formas geográficas e estrutura territorial, que são geralmente representações políticas do espaço.

Sendo que a formação que interpõe-se as escalas geográficas e as organizações espaciais e também as escalas leva a seu respeito o contexto de fixidez evolutiva, para se revigorar as esferas da economia e política do espaço contemporâneo da cidade Lagos e consolidando o processo de urbanização dessa cidade metropolitana. Essa questão pode ser discutida com melhores detalhes no próximo tópico.

Espaço urbano e impacto de crescimento econômico da cidade de lagos

O país da Nigéria vem passando por um processo de crescimento, tanto econômico quanto populacional no continente africano, devido sobretudo ao papel de um de seus grandes recursos naturais, principalmente, o petróleo. Este crescimento econômico provoca um intenso processo de expansão horizontal em seu território, sobretudo em uma das suas

principais áreas urbanas. Segundo Santos (2009), uma das principais particularidades dos países do Terceiro Mundo é o cunho corporativo de suas metrópoles e de sua urbanização. Sendo que a ação na modernidade recente obriga aos países periféricos um impulso de equipamentos mais intenso e extenso do que as modernizações precedentes. Daí, esses conjuntos de esforços exigem, portanto, uma quantidade de recursos empregados na construção das infraestruturas econômicas, na medida que o processo de integração do país à acumulação atribui-se em detrimento dos investimentos sociais demandados por uma demografia e uma urbanização alucinante.

No entanto, o aumento da população sobretudo devido a sua localização, a sua importância econômica e financeira, 70% dos estabelecimentos comerciais e industriais da Nigéria estão em Lagos. Além do fato de possuir extensas instalações de infraestrutura, como aeroporto internacional mais movimento, portos marítimos, e também o fato de possuir redes rodoviárias e de telecomunicações têm levado a intensas migrações para Lagos. Todavia, essa soma de fatores resultou na comercialização de terras e posse de moradias devido ao aumento populacional que por sua vez resulta no acirramento da disputa por terras. A comercialização implica a transação em terrenos com base no valor de troca, e não no valor de uso. O mercado de moradias e terrenos para aluguel assim criado levou à desigualdade econômica e distribuição de renda, que tendia a favorecer grupos influentes.

É de fundamental importância ressaltar que o sistema estatutário também era irrelevante para os trabalhadores de baixa renda, pois o governo raramente lhes alocava terras. Em vez disso, as terras fornecidas pelo governo foram usadas para a construção de conjuntos habitacionais para as elites. Com base nesta análise, Negri (2008) aponta que a camada de mais alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano produz a segregação socioespacial. É preciso ressaltar que é a existência da segregação socioespacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses políticos ou econômicos.

De certo modo, as flutuações dos ciclos econômicos podem ser consideradas como a primeira particularidade de choque sistêmico à qual as cidades estão atualmente julgadas como vulneráveis. Dado que esse nível de suscetibilidade da cidade de Lagos está submetido a essa categoria de choque econômico que é fortemente acentuado pela expansão da participação do processo de globalização econômica e nas tecnologias de informação e telecomunicações associadas. Portanto, a atual fase de recessão, tanto nacional quanto global demonstrou a velocidade, expansão da vulnerabilidade econômica e financeira sistêmica que não deixa nenhum país completamente imune (ONU-HABITAT, 2010).

Mediante essas questões o Governo Federal da Nigéria a promulgou a Lei de Uso da Terra, em 1978. Segundo Braimoh e Onish (2007) o objetivo principal da Lei era reduzir a especulação em terras urbanas e racionalizar os direitos daqueles que usufruem da terra. Assim, com esta lei, governadores estaduais passaram a controlar terras em áreas urbanas, enquanto governos locais controlam terras rurais. Os direitos estatutários de ocupação são concedidos pelo Estado por um período específico, sujeito a pagamentos de aluguel que podem ser pagos ao Estado. Já os direitos costumeiros de habitação estão relacionados sobretudo a fins agrícolas ou residenciais, desde que não haja direitos estatutários sobre a terra.

Entretanto, a lei do uso da terra parece não ter sido capaz de resolver o problema da equidade na distribuição da terra. Percebe-se que o sistema de alocação da terra mantém-se a partir a ineficiência dos comitês de uso e alocação da terra na emissão de certificados de ocupação, inconsistências na implementação da legislação e requisitos administrativos,

além do fato de melhorar o acesso do governo à terra que por sua vez mediante acordo com indivíduos e organizações de alto patrimônio líquido e burocráticos que tendem a favorecer indivíduos ricos que por sua vez passam a comercializar a terra intensificando o processo de especulação imobiliária, aumentando a dificuldade de acesso à terra. Já os indivíduos mais pobres têm acesso à terra mediante processos informais e comercializados. Assim, percebe-se a atuação da especulação imobiliária na cidade de Lagos. Segundo Corrêa (2000), a habitação é um desses bens cuja a aquisição é seletiva: parcela enorme da população não possui acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel.

Braimoh e Onish (2007) nos trazem que as taxas de urbanização em Lagos têm sido inéditas e tem, também, trazido graves consequências no que tange aos estudos urbanos e também do processo de urbanização da cidade. Soma-se a isso o crescimento da população de 2,8% nos últimos 30 e 40 anos, segundo Aluko (2010). Os resultados dessa alta taxa de urbanização tem sido segundo Braimoh e Onish (2007) habitações inadequadas levando ao surgimento de favelas, desigualdade espacial no acesso à terra e à infraestrutura, danificação das infraestruturas, pobreza generalizada e também desemprego. Além disso, a comercialização das terras por meio dos indivíduos mais ricos através da especulação imobiliária, segundo Santos (2012) pode levar ao deslocamento do *habitat* popular para a periferia ou para os terrenos de pouco valor.

Ainda segundo Braimoh e Onish (2007), com as quedas do preço do petróleo na década de 1980 e a crise subsequente, foi realizado um Programa de Ajuste Estrutural (SAP) buscando o desenvolvimento nacional; no entanto, no que se refere a habitação urbana este programa não conseguiu grandes avanços. A análise dos fatores responsáveis pelo fenômeno da expansão horizontal assim como as consequências deste processo podem nos auxiliarem a compreender as mudanças que vêm ocorrendo na cidade nigeriana.

Devido a esse déficit, mais de 90% da habitação na região metropolitana de Lagos é fornecida pelo setor privado, de acordo com Braimoh e Onish (2007) citando Abiodun (1997) o que tem fortalecido a atuação da especulação imobiliária e assim da desigualdade no acesso à terra. Isto pode ser explicado a partir do que Harvey (2014) denomina como política urbana neoliberal. Para o autor, a partir da década de 1980, concluiu-se que a redistribuição da riqueza a bairros, cidades e regiões pobres era inviável e que, em vez disso, os recursos deveriam ser direcionados para os pólos de crescimento “empresarial” mais dinâmicos. Aluko (2010) salienta que o impacto do rápido crescimento populacional no desenvolvimento habitacional em uma economia em desenvolvimento é geralmente uma consequência do impulso das áreas rurais e da atração da cidade mediante sua influência dentro de um sistema econômico, o que como vimos até agora, é característica de Lagos.

A categoria formação sócio-espacial trabalhada por Bastos e Casaril (2016) a partir de Santos (1977) nos faz refletir que Lagos está inserida dentro de uma divisão do trabalho dentro do processo de mundialização e que também faz parte de um todo que seria o mundo global e que a partir de uma dialética exerce e sofre influência por ele.

Em decorrência dessa investigação, um forte crescimento populacional não é bom nem ruim para uma cidade; a experiência mostra que, a urbanização anda de mãos dadas com melhor meio de vida humano, aumento de renda e melhores condições de vida. No entanto, esses benefícios não são automáticos; eles passam por políticas públicas bem projetadas, capazes de orientar o crescimento populacional, transformar o acúmulo de atividades e recursos nas cidades em economias prósperas e garantir uma distribuição equitativa da riqueza. Quando políticas públicas apenas beneficiam elites políticas ou econômicas. Para políticas públicas limitadas, a urbanização será quase inevitavelmente

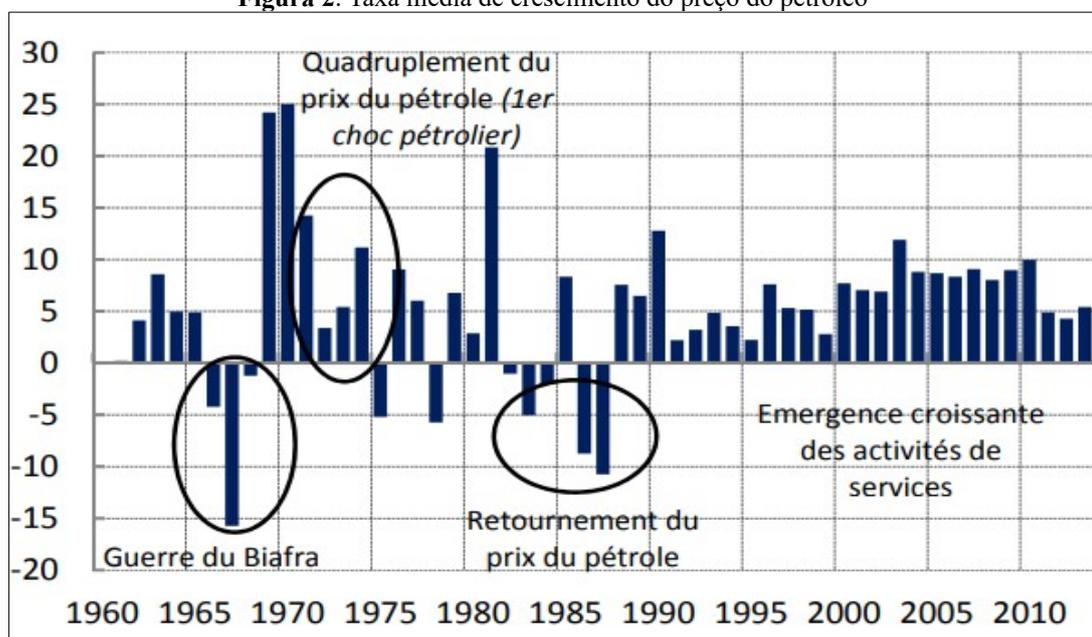
uma fonte de instabilidade, com as cidades se tornando mais inviáveis para ricos e pobres (ONU-HABITAT, 2010).

Em decorrência da expansão populacional e grande transformação que vêm ocorrer na área, a dinâmica do crescimento econômico, a extensão e a natureza da integração de um país na economia mundial e, portanto, as pressões da globalização e a trajetória da urbanização como um todo explicam a diversidade observada. Nos países mais dinâmicos (mas também nos destruídos pelo conflito e pela pobreza nas áreas rurais), a capital e as grandes cidades comerciais tendem a crescer mais rapidamente que as cidades de médio porte e as pequenas cidades, e são caracterizadas por fortes desigualdades intraurbanas evidentes (ONU-HABITAT, 2010).

Posto isso, a cidade de Lagos aparece como exemplo essencial para pensar o desenvolvimento econômico e do espaço urbano contemporâneo ao concentrar as particularidades da vulnerabilidade socioespacial e dos processos da integração das cidades (SILVA, 2013). A cidade de Lagos que é caracterizada por fortes desigualdades sociais, pela pobreza generalizada em meio a riqueza impressionante e pela corrupção no maior país produtor de petróleo da África. No entanto, essas fortes desigualdades ainda representam desafios significativos à estabilidade social e política. De fato, a pressão popular pela redistribuição acelerada da riqueza está aumentando cada vez mais (ONU-HABITAT, 2010).

Assim, como a estrutura econômica da Nigéria apresenta uma fase econômica dinamizada, isso coincidiu com o aumento significativo da produção de petróleo, um dos principais recursos para o país. De fato, a história econômica da Nigéria, após sua independência (1960) e por mais de três décadas, está intimamente ligada ao petróleo. Além disso, entre 1970 e 2013, o ritmo de crescimento evoluiu a uma taxa anual bastante sustentada (4,4%), mas experimentou regimes desequilibrados. Esse crescimento econômico do país é regido pelo grau de exposição de sua indústria a evolução dos preços internacionais do petróleo, que foi iniciado a partir dos anos de 2000, como observa na Figura 2.

Figura 2. Taxa média de crescimento do preço do petróleo



Fonte: Dali (2015).

Nessa lógica, a Nigéria implementou uma política de substituição de importações (com iniciativas para desenvolver a indústria agroalimentar, têxtil em particular) e industrialização pesada (petróleo, gás, cimento, aço). A quadruplicação dos preços dos hidrocarbonetos. Esse processo de crescimento terminou de espremer o modelo convencional de acumulação baseado em agro-exportação pela indústria petrolífera. Desde então, e até o ano de 2000, o crescimento econômico da Nigéria tem evoluído de acordo com os preços internacionais do petróleo e não é resistente a choques externos. O surgimento de atividades de serviços dissociados no setor de petróleo no final dos anos 90 e especialmente no início dos anos 2000, no entanto, ajudou a estabilizar o regime de crescimento. O crescimento médio anual de uma década é estimado em 6,8% (DALI, 2015).

Observa-se que essa estrutura da geografia econômica estabelecida que está em constante transformação e que acaba provocando à interdependência das cidades e seus habitantes na economia global. Essa integração pode oferecer novas oportunidades para criação de riqueza e desenvolvimento econômico à medida que as mudanças ocorrem a situação e fortalecimento da competitividade. Ao mesmo tempo, elas podem criar dificuldades em permanecer competitivos ou em constante busca de novas oportunidades diante de mudanças técnicas, econômicas ou sociopolíticas que possam negar benefícios específicos decorrentes da competição ou localização. A especialização pode se tornar rapidamente uma fonte de vulnerabilidade, também das desigualdades econômicas e sociais (ONU-HABITAT, 2010).

Além do crescimento econômico que a Nigéria vem desempenhando por meio de obras de grande escala, como habitação, serviços municipais e infraestrutura urbana, a escala dessas concentrações urbanas que se projetam no espaço e estão sujeitas a demográfica nas diversas áreas desse país, especialmente na cidade de Lagos, é importante entender as cidades como criações humanas, projetadas para atender às necessidades e aspirações das pessoas, em vez de observar apenas concentrações físicas de equipamentos, como prédios e infraestrutura. Segundo o Relatório da ONU-HABITAT, (2015), é de grande importância ver que as cidades funcionam como componentes de sistemas econômicos, sociais e políticos mais amplos, cada vez mais integrados em territórios, como fronteiras políticas em diversos países. Essa nova perspectiva oferece muitas oportunidades sem precedentes para o desenvolvimento humano no sentido mais amplo, enquanto levanta desafios sem precedentes, sejam fortes desigualdades, novas vulnerabilidades e novos tipos de risco.

Considerações finais

Este trabalho foi trazer uma discussão sobre a urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial da Nigéria, que tinha como foco a dinâmica econômica da cidade de Lagos. Tendo em vista que o governo da cidade de Lagos deve tomar medidas para evitar as consequências sociopolíticas e econômicas dessa cidade, cujos precedentes são desconhecidos em um ambiente de preocupantes desigualdades e níveis de pobreza e desemprego nas áreas urbanas. Entende-se que essas desigualdades sociais, econômicas e das rendas são coerentes com a persistência das desigualdades regionais. Faz-se necessário que essas disparidades econômicas são o resultado de um desenvolvimento econômico muito desigual em torno das cidades de Lagos, que causa também a migração de outras cidades pela atratividade econômica e pelas oportunidades de emprego, portanto a cidade de Lagos é colocado no coração do território dessa atração dessas atividades econômicas da Nigéria.

Referências bibliográficas

ALUKO, O. The Impact of Urbanization on Housing Development: The Lagos Experience, Nigeria. *Ethiopian Journal of Environmental Studies and Management*, vol.3, n.3, 2010.

BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Cassemiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. *Revista: Geosul*, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 271-298, 2016.

BRAIMOH, A; ONISH, T. Spatial determinants of urban land use change in Lagos, Nigeria. *Revista: Land Use Policy*, vol. 24, n.2, p. 502-515, 2007

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. Ed. São Paulo: ÁTICA, 2000.

DU, Jillian; MAHENDRA, Anjali. **Cidades estão crescendo na horizontal e não na vertical: 3 razões por que isso é um problema**. Disponível em:https://www.archdaily.com.br/br/911313/cidades-estao-crescendo-na-horizontal-e-nao-na-vertical-3-razoes-por-que-isso-e-um-problema?utm_medium=email&utm_source=ArchDaily+Brasil&kth&fbclid=IwAR1bBGXtp6YCa-CP7CVsro7xtnSHe72fHw1TTOyutkbN0nvZ7EEugR1H9rg. Acessado em: 20/09/2018

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Selo Martins. 2014

LAMOUREUX, David. Comprendre l'organisation spatiale de Lagos, 1955-2015. *Revista Herdote Cairn*, vol. 4, n°159, p.112-125, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2º Ed. São Paulo, SP: Annablume, 2005.

NEGRI, M. S.. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. Editora: Coletâneas do Nosso Tempo, São Paulo, 2008.

ONU-HAITAT. **L'état des villes Africaines**. Gouvernance, inégalité et marchés fonciers urbains, 2010.

OTERI, Akomeno U; AYENI, Rasheed A. **The Lagos Megacity**. Akute Geo-Resource Ltd e Hanorado Global Solutions Nig Ltd, 2017. Acesado em: <http://eaumeqa.org/wp-content/uploads/2016/05/EN-Lagos-Monograph.pdf>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no século XXI**. 9 Ed. Rio Janeiro, Record, 2006.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2012.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Contribuições de Paul Singer para o entendimento da “questão urbana” no Brasil. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n°19, p. 51-67, dez. 2011.

SATTERTHWAITHE, David; TACOLI, Cecília. **The urban part of rural development: the role of small and intermediate urban centres in rural and regional development and poverty reduction**. Working paper 9, Rural –Urban interactions and Livelihoods Strategies Series, London: IIED. Disponível em:<<http://pubs.iied.org/pdfs/9226IIED.pdf>>. Acessado em: 24/08/2017.

SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de formação econômico-social. *Revista Meridiano*, n. 2, 2013.

SILVA, Silvana Cristina da. Território, fronteiras e interações espaciais: os imigrantes Bolivianos em São Paulo. *Revista GEONORTE*, Edição Especial 3, v.7, n.1, p.1281-1297, 2013.